Processo nº: 0039228-33.2007.8.19.0001 (2007.001.037574-3)

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de VIAÇÃO RUBANIL LTDA e TRANSPORTES AMÉRICA LTDA. Declara o Autor, em suma, que possui legitimidade para a propositura da presente ação; que recebeu reclamação de consumidor, noticiando prestação de serviço defeituosa por parte das Rés; que a SMTU informou ter realizado fiscalizações nas referidas empresas e constatado uma série de irregularidades praticadas. O autor requereu a antecipação de tutela para que a empresas Rés sejam obrigadas a prestar serviço de transporte coletivo eficaz, adequado, contínuo e seguro, dotando seus coletivos de bom estado de conservação e fazendo cessar as irregularidades constatadas pela SMTU, além de restabelecerem às linhas de ônibus a regularidade de seus itinerários, obedecendo horários e dias de funcionamento, conforme determinado pelas autoridades competentes, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00. Por fim, requereu o autor a condenação da Ré a prestar serviço de transporte coletivo eficaz, adequado, contínuo e seguro, dotando seus coletivos de bom estado de conservação e fazendo cessar as irregularidades constatadas pela SMTU, além de restabelecerem às linhas de ônibus a regularidade de seus itinerários, obedecendo horários e dias de funcionamento, conforme determinado pelas autoridades competentes, fixando-se multa diária de R\$ 10.000,00 por descumprimento; a condenação das Rés ao ressarcimento de qualquer dano moral e/ou material ocasionados pela má prestação de seus serviços de transporte coletivo; a citação das Rés; a publicação de editais, na forma do art. 94, CDC; a produção de todos os meios de prova admitidos em direito; a condenação da Ré em honorários. Vieram com a petição inicial os documentos de fls. 02A/65, referentes ao inquérito civil público tramitado no Ministério Público. Empresas Rés regularmente citadas às fls. 23 e 25. As Rés ofereceram contestação nas fls. 26/51 e 110/135, afirmando, em síntese que o autor não possui legitimidade para, por intermédio de ação civil pública, atuar na defesa de direito individual e disponível de quem quer que seja, ainda que eventualmente presente relação de consumo, também não comprovada nos autos, até porque não há prova de que a autora da reclamação faça uso da prestação de serviço da demandada, deduzindo, por outro lado, não haver interesse público relevante a justificar a nobilíssima atuação institucional do autor, alegando, ainda, que é exclusiva da administração pública a competência para estabelecer o padrão, a estrutura e a fiscalização da operação do serviço permissionário. No mérito, afirmam, em suma, que sempre tomaram todas as providências necessárias no sentido de atender às suas obrigações como permissionárias de serviço público, malgrado enfrentarem dificuldades de toda ordem e, até mesmo, de concorrência desleal e ruinosa, sem que o próprio poder público consiga tomar medidas inibidoras de tais atividades, o que, sem dúvida, prejudica a prestação de serviço público. Sustentam que todas as linhas operadas observam regularmente os trajetos e intervalos estipulados pelo poder concedente e pelo órgão fiscalizador, em todos os dias da semana e do final de semana, bem como todos seus horários, inclusive à noite e de madrugada, ressaltando que as linhas 907 e 953 circulam com frota e horários corretos, jamais tendo sido desativadas ou parado de circular, a linha 655 não é operada pelas rés, devendo ser observado que, com relação à linha 376, foi criado um serviço via Parque Colúmbia para ser operado com 1/3 (um terço) da frota, o que vem sendo observado, acrescentando-se, ainda, que vem sendo observado o intervalo regular determinado e a efetiva prestação do serviço nos dias de semana e nos horários determinados

pelo poder concedente. Finalmente, com relação à linha 685, consignam que vem sendo operada de forma regular, observando-se expressamente os termos da autorização da SMTR, aduzindo, ainda, que não procedem os pedidos de danos materiais e morais para os consumidores individualmente considerados e de dano moral coletivo, em razão da ausência de pressupostos legais do dever de indenizar em caso de responsabilidade civil. Requerem, por fim, seja julgado extinto o processo, sem julgamento do mérito, ante a ilegitimidade ativa ou, alternativamente, seja julgado improcedente o pedido ou, alternativamente, em caso de procedência, seja julgado nos termos das respostas. Réplica às fls. 220/230. A SMTR - Secretaria Municipal de Transportes -, nas fls. 237/264, responde ao ofício do juízo que determinou fosse informado acerca da permissão celebrada com as rés, bem como sobre as linhas em referência. As partes não se opuseram à realização de audiência de conciliação (fls. 285/286), que foi designada para o dia 22/07/2008. Ata de audiência de conciliação na fl. 292, onde foi deferida a suspensão do processo pelo prazo de sessenta dias, tendo em vista a possibilidade de formalização de acordo. O processo está suficientemente instruído com documentos, não havendo necessidade de produzir outras provas, pelo que, passo a proferir julgamento. Assim relatados, DECIDO: Impõe-se solucionar, inicialmente, as objeções preliminares sustentadas nas contestações. De plano, afaste-se a preliminar de ilegitimidade ativa, pois a atuação do Ministério Público encontra-se amparada na previsão constitucional do artigo 127 da Carta Magna, haja vista as inúmeras provas da insatisfação social em relação aos serviços prestados pelas rés, tomando-se como exemplo os documentos de fls. 15/16, 19/20, 23/27 e 30/34 dos autos do inquérito civil público apensado. Também não prospera o argumento de que o Judiciário, ao julgar procedente o pedido do Ministério Público, feriria os princípios da legalidade e da separação de poderes, invadindo o mérito administrativo. Com efeito, a questão em análise não é de mérito administrativo, ou seja, não se trata de questão de conveniência e oportunidade da administração pública fixar normas para o adequado cumprimento de serviços ao consumidor, até porque a exigência de cumprimento adequado do serviço público já é prevista em inúmeros diplomas legais, como o art. 175, parágrafo único, IV, da Constituição Federal, o caput e parágrafo 1º. do artigo 6º. da Lei nº. 8.987/95, art. 7º., I, da mesma Lei e o art. 6º., X, do CDC, configurando dever do concessionário. A presente lide, na verdade, envolve controle de legalidade, verificando-se, no caso concreto, o que é a adequada prestação do serviço ao consumidor e se ele está sendo prestado de tal forma ou não. Aplicável ao presente caso o Código de Defesa do Consumidor, pois o usuário do ônibus insere-se no conceito de consumidor previsto no art. 2º do CDC, e a prestadora do serviço insere-se no conceito de fornecedor previsto no art. 3º do mesmo diploma legal, caracterizando-se assim autêntica relação de consumo. Aplica-se também a Lei 8.987/95, por se tratar de contrato de concessão de serviço público. No mérito, cuida-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, fundada na inobservância pelas rés aos preceitos contidos no art. 175, parágrafo único, inc. IV, da Constituição Federal, e no art. 6º, inc. X, da Lei nº. 8.078/90, na medida em que estaria prestando serviço de transporte coletivo em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes no mercado de consumo. De acordo com a inicial, a ré não presta serviço eficiente e adequado, na medida em que seus coletivos estão em mau estado de conservação, com bancos soltos, piso furado, cortado ou rasgado, com falta de limpeza externa e interna, além de transportar pessoas com a porta aberta e o corpo para fora do veículo, entre outros problemas não relacionados. Os elementos cognoscíveis dos autos desconstituem a tese dos réus, no sentido de que prestam o serviço de forma adequada, inexistindo defeitos. O que se verifica das provas colhidas é exatamente o contrário, nesse ponto valendo ressaltar o ofício da SMTR - Secretaria

Municipal de Transportes - de fls. 46/64, dos autos do inquérito civil apensado, dando conta de que as concessionárias já foram multadas em várias oportunidades por irregularidades relacionadas ao ar-condicionado, aos assentos, aos pisos, à falta de limpeza dos ônibus que compõem as suas frotas, além de conduzir passageiros de forma irregular e não operar linha. Às fls. 15/16, 19/20, 23/27 e 30/34 dos autos do inquérito civil público apensado e, principalmente, às fls. 23/26, há reclamações de operação irregular de linhas, que não circulam sábados e domingos, atrasos de uma hora ou mais e de precariedade do estado de manutenção dos coletivos da ré. Impende remarcar que o depoimento dos usuários das linhas de ônibus das rés assume fundamental importância no presente caso, na medida em que são eles que convivem com o serviço prestado todos os dias, sendo óbvio que nenhuma fiscalização externa consegue estar em todos os ônibus a todo tempo. Não tenho dúvida, pois, que a atuação das concessionárias-rés viola o parágrafo 1º do art. 6º da Lei 8.987/95, que insere no conceito de prestação adequada do serviço as ideias de regularidade, eficiência e segurança. O usuário tem direito à prestação digna do serviço, sem precisar utilizar veículos sujos, quebrados e sem segurança. Veículos que se encontrem em estado precário de manutenção não devem ser colocados em circulação, razão pela qual, portanto, merece acolhimento o pedido formulado pelo parquet na fl. 06, item 1. A prestação do serviço público deve atender ao princípio da eficiência, que visa à efetiva realização do efeito jurídico desejado, e não apenas à ideia de eficácia, que se restringe a uma aptidão para produzir tais efeitos. Ou seja, o prestador de serviço público deve utilizar todos os meios disponíveis para oferecer o serviço de forma adequada, ou será ineficiente. Reconhecida a conduta ilícita, as rés efetivamente devem ser compelidas a prestar serviço de transporte coletivo eficaz, adequado, contínuo e seguro, dotando seus coletivos de bom estado de conservação e fazendo cessar as irregularidades constatadas pela SMTU, além de restabelecerem às linhas de ônibus a regularidade de seus itinerários, obedecendo aos horários e aos dias de funcionamento, conforme determinado pelas autoridades competentes, sob pena de multa, que deve ser fixada em valor substancial, a fim de servir de desestímulo para a infração, podendo, inclusive, ser majorada em caso de reiteração da conduta faltosa. O pleito indenizatório, entretanto, não merece prosperar. O pedido de condenação por danos morais mostra-se descabido por dois singelos motivos: primeiro, porque não demonstrados tais prejuízos, não podendo tal prova ser substituída pela alegação de mero inadimplemento da obrigação; depois, porque, em sede de direitos transindividuais, não há como associar sofrimento mental ou moral intenso por parte da vítima. Nesse sentido o julgado do STJ, de relatoria do eminente Ministro Luiz Fux: 'PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FRAUDE EM LICITAÇÃO REALIZADA PELA MUNICIPALIDADE. ANULAÇÃO DO CERTAME. APLICAÇÃO DA PENALIDADE CONSTANTE DO ART. 87 DA LEI 8.666/93. DANO MORAL COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO NÃO DEBATIDO NA INSTÂNCIA 'A QUO'. 1. A simples indicação dos dispositivos tidos por violados (art. 1º, IV, da Lei 7347/85 e arts. 186 e 927 do Código Civil de 1916), sem referência com o disposto no acórdão confrontado, obsta o conhecimento do recurso especial. Incidência dos verbetes da Súmula 282 e 356 do STF. 2. Ad argumentandum tantum, ainda que ultrapassado o óbice erigido pelas Súmulas 282 e 356 do STF, melhor sorte não socorre ao recorrente, máxime porque a incompatibilidade entre o dano moral, qualificado pela noção de dor e sofrimento psíquico, e a transindividualidade, evidenciada pela indeterminabilidade do sujeito passivo e indivisibilidade da ofensa objeto de reparação, conduz à não indenizabilidade do dano moral coletivo, salvo comprovação de efetivo

prejuízo dano. 3. Sob esse enfoque decidiu a 1ª Turma desta Corte, no julgamento de hipótese análoga, verbis: 'PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.' (REsp 598.281/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, Rel. p/ Acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02.05.2006, DJ 01.06.2006) 4. Nada obstante, e apenas obiter dictum, há de se considerar que, no caso concreto, o autor não demonstra de forma clara e irrefutável o efetivo dano moral sofrido pela categoria social titular do interesse coletivo ou difuso consoante assentado pelo acórdão recorrido: '...Entretanto, como já dito, por não se tratar de situação típica da existência de dano moral puro, não há como simplesmente presumi-la. Seria necessária prova no sentido de que a Municipalidade, de alguma forma, tenha perdido a consideração e a respeitabilidade e que a sociedade uruguaiese efetivamente tenha se sentido lesada e abalada moralmente, em decorrência do ilícito praticado, razão pela qual vai indeferido o pedido de indenização por dano moral'. 5. Recurso especial não conhecido. REsp 821891 - RS - DJ 12.05.2008. Quanto aos danos materiais, não se podendo presumilos, devem ser afastados da condenação, o que não impede que os consumidores eventualmente lesados pela conduta faltosa das rés persigam o respectivo ressarcimento em sede de ação judicial individual. Por todo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DEDUZIDOS NA INICIAL, condenando as Rés a prestar serviço de transporte coletivo eficaz, adequado, contínuo e seguro, dotando seus coletivos de bom estado de conservação e fazendo cessar as irregularidades constatadas pela SMTU, além de restabelecerem às linhas de ônibus a regularidade de seus itinerários, obedecendo aos horários e aos dias de funcionamento, conforme determinado pelas autoridades competentes, tal como pugnado pelo Ministério Público na fl. 6, item 1, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de descumprimento, a qual poderá ser elevada em caso de reiteração da conduta faltosa. Condeno a ré no pagamento das custas processuais, deixando de fixar honorários advocatícios por entender que o Ministério Público atua por dever de ofício não equiparável à advocacia. Intime-se o Ministério Público. P.R.I.